

Juventudes, formação política e *fake news*: vida ou morte da participação sociopolítica?
Youth, political education and fake news: life or death of socio-political participation?
Juventud, educación política y fake news: ¿vida o muerte de la participación sociopolítica?

Recebido: 17/11/2020 | Revisado: 24/11/2020 | Aceito: 25/11/2020 | Publicado: 29/11/2020

Hélio Souza de Cristo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1219-9304>

Universidade Federal da Bahia, Brasil

E-mail: helio-87@hotmail.com

Antonio Carlos dos Santos Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6593-3192>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Brasil

E-mail: acsantossouza@gmail.com

José Wellington Marinho de Aragão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8483-7577>

Universidade Federal da Bahia, Brasil

E-mail: jwellingtonaragao@gmail.com

Hugo Saba

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8402-6416>

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

E-mail: hugosaba@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir, por meio de revisão sistemática de literatura, sobre as possíveis implicações das *fake news* na formação política e participação sociopolítica juvenil na contemporaneidade. Metodologicamente, o texto é de abordagem qualitativa exploratória subsidiado por revisão de literatura, recorrendo à revisão sistemática das publicações de estudos e pesquisas envolvendo os temas: “formação política e juventude”, “*fake news* e juventude”, “formação política, juventude e *fake news*”, “juventude, participação sociopolítica e *fake news*” nos períodos entre 2005 a 2020 por meio do levantamento bibliográfico realizado no banco de dados de resumos e citações de artigos para jornais/revistas acadêmicos *Scopus*, e entre 2009 e 2019 através das bases científicas e fontes

de pesquisa *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Google Acadêmico. Para discussão e análise foram utilizadas as categorias juventudes, formação política e *fake news*. Os resultados sugerem que o debate acerca da formação política juvenil representa a expressão dos novos paradigmas sociais na contemporaneidade frente à estrutura de funcionamento e atuação da produção e disseminação das chamadas *fake news* no campo político, visto que as *fake news* têm assumido a condição de agência polarizadora de opiniões no campo político e impactado na formação política dos sujeitos, principalmente entre os jovens. Além disso, partindo do levantamento bibliográfico realizado, percebe-se a necessidade de produções científicas e acadêmicas sobre juventudes, formação política e *fake news*, haja vista a existência de pouca literatura acerca dessa abordagem de estudo.

Palavras-chave: Juventudes; Formação política; *Fake news*; Participação sociopolítica.

Abstract

This paper aims to discuss, through a systematic literature review, about the possible implications of fake news in political formation and youth socio-political participation in contemporary times. Methodologically, the text has an exploratory qualitative approach subsidized by literature review, resorting to a systematic review of publications of studies and research involving the themes: “political education and youth”, “fake news and youth”, “political education, youth and fake news”, “youth, socio-political participation and fake news” in the periods between 2005 to 2020 through the bibliographic survey carried out in the database of abstracts and citations of articles for academic newspapers / magazines Scopus, and between 2009 and 2019 through the scientific bases and research sources Scielo (Scientific Electronic Library Online), Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and Google Scholar. For discussion and analysis, the categories youth, political education and fake news were used. The results suggest that the debate about youth political formation represents the expression of new social paradigms in the contemporary world in view of the structure of functioning and performance of the production and dissemination of so-called fake news in the political field, since fake news has assumed the condition of agency polarizing opinions in the political field and impacting on the political formation of subjects, especially among young people. In addition, based on the bibliographic survey carried out, there is a need for scientific and academic productions on youth, political training and fake news, given the existence of little literature on this study approach.

Keywords: Youth; Political formation; Fake news; Socio-political participation.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir, a través de una revisión sistemática de la literatura, las posibles implicaciones de las fake news en la formación política y la participación sociopolítica de los jóvenes en la época contemporánea. Metodológicamente, el texto tiene un enfoque cualitativo exploratorio subvencionado por la revisión de la literatura, recurriendo a una revisión sistemática de publicaciones de estudios e investigaciones que involucran los temas: “educación política y juventud”, “fake news y juventud”, “educación política, juventud y fake noticias”, “juventud, participación sociopolítica y fake news” en los periodos 2005 a 2020 a través del relevamiento bibliográfico realizado en la base de datos de resúmenes y citas de artículos para periódicos / revistas académicas Scopus, y entre 2009 y 2019 a través de las bases científicas y fuentes de investigación Scielo (Biblioteca Electrónica Científica en Línea), Coordinación para la Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES) y Google Scholar. Para la discusión y análisis se utilizaron las categorías juventud, educación política y fake news. Los resultados sugieren que el debate sobre la formación política juvenil representa la expresión de nuevos paradigmas sociales en el mundo contemporáneo ante la estructura de funcionamiento y desempeño de la producción y difusión de las llamadas fake news en el ámbito político, ya que las fake news han asumido la condición de agencia, polarizando opiniones en el campo político e incidiendo en la formación política de los sujetos, especialmente entre los jóvenes. Además, con base en el relevamiento bibliográfico realizado, existe la necesidad de producciones científicas y académicas sobre juventud, formación política y fake news, dada la escasa literatura sobre este enfoque de estudio.

Palabras clave: Jóvenes; Formación política; Noticias falsas; Participación sociopolítica.

1. Introdução

Nos últimos anos, a conexão entre mobilização coletiva, participação política e tecnologias tem se tornado cada vez mais intensa. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) têm redimensionado e articulado as relações sociais, políticas, educacionais e culturais. Nesse contexto, a educação e formação política dos sujeitos também têm se reconfigurado perante as inovações e transformações tecnológicas na contemporaneidade, especialmente com as mídias digitais e redes sociais.

Se por um lado e para determinado público – a criação das plataformas *online* passou a representar espaços de lazer e entretenimento; por outro lado, elas simbolizam arenas de construção, gestão e compartilhamento de informações e conhecimentos nas mais diversas

sociedades com implicações no processo de formação política dos sujeitos, principalmente os jovens (Queiroz, 2017; Castells, 2003, 2015).

Num cenário marcado por conflitos sociais, políticos e econômicos pelo qual o Brasil vem passando nos últimos anos, há que se considerar que as TDIC, mais especificamente as mídias digitais e redes sociais, vêm assumindo um importante papel na formação política das juventudes numa perspectiva nacional e internacional (Campos, Pereira, & Simões, 2016). Na contemporaneidade, as mídias digitais e redes sociais são os principais meios e instrumentos de acesso e difusão de informações, fortalecimento de reivindicações e organização de movimentos sociais por meio do ativismo digital.

Diferentemente das gerações anteriores, é fato que as juventudes desta geração estão, em sua grande maioria, cercadas por celulares, tablets, computadores, videogames, TVs com acesso a Internet e uma série de mídias digitais que viabilizam grande acesso a informações através de diferentes plataformas, páginas *web* e redes sociais, o que tem implicações direta na formação política dessas juventudes, uma vez que as TIC interferem na construção da personalidade dos sujeitos e suscitam novas maneiras de ler e interpretar o mundo, outras formas de interação, entretenimento, integração, percepção, intervenção, comunicação e, sobretudo, participação política (Setton, 2011).

Nesse ciberespaço, resguardados os efeitos positivos das mídias digitais e redes sociais, bem como cercadas por uma gama de informações e de rápido acesso, uma das maiores preocupações surgida na contemporaneidade como efeito colateral do uso das mídias digitais e redes sociais é a implicação causada na formação política das juventudes pela produção e disseminação das *fake news*, considerando o debate entre formação política, juventudes e desinformação (Albuquerque, 2012; D’Ancona, 2018).

Literalmente, *fake news* significa “notícias falsas”. No entanto, tal conceito nos parece raso e superficial dada a amplitude e proporção das implicações que as tão faladas *fake news* são capazes de produzir, especialmente no cenário político e em época de campanhas eleitorais, como ocorrido em diferentes países, a exemplo dos Estados Unidos e Brasil (Carlson, 2018; D’Ancona, 2018; Di Fátima, 2019).

Mais do que uma notícia falsa, mentirosa e sem fundamento, as *fake news* têm contribuído para a construção de uma cultura social e política da desinformação, ausência de senso crítico diante da veiculação de informações nas mídias e redes sociais, assim como tem se tornado um campo fértil para o esvaziamento das pautas públicas e estabelecimento do pânico moral informacional em virtude da sua natureza e significados simbólicos que afetam e

influenciam tanto a formação quanto a comunicação política (Carlson, 2018; D’Ancona, 2018; Kakutani, 2018).

Em sociedades em que, na maioria das vezes, as mídias digitais e redes sociais se constituem os principais meios de acesso à informação e que – portanto – às informações disseminadas por estes meios é atribuído sentido de verdade, a difusão de notícias e informações falsas através de áudios, textos, vídeos, imagens e fotos afetam o campo da comunicação, das relações sociais, a confiança nas instituições e a credibilidade das informações.

Muitas são as notícias veiculadas, principalmente nas redes sociais, que apesar de possuírem características superficiais semelhantes a informações verdadeiras, disseminam a cultura da desinformação por meio de seus conteúdos de baixa qualidade ou sem nenhum tipo de fundamentação que as subsidiem.

Por isso, não se pode perder de vista que a propagação de notícias e informações falsas pode influenciar na tomada de decisões, comportamentos, visões de mundo, posturas, escolhas e, portanto, essa disseminação representa sérios riscos à saúde e sobrevivência das sociedades democráticas, por exemplo, uma vez que é capaz de potencialmente manipular os sujeitos, promover o descrédito à Ciência, distorcer a realidade, naturalizar a cultura da desinformação, reforçar o monopólio das informações e suscitar a formação de sujeitos mais ou menos participativos na vida sociopolítica.

Fator que pode ser percebido nas palavras de Palfrey e Gasser (2011) ter se tornado mais latente e intensificado entre os jovens após a década de 1990, considerada o berço de nascimento da primeira geração de nativos digitais, com a expansão da internet e o acesso cada vez mais rápido a um arsenal de informações cotidianamente, que criam novas identidades juvenis e percepções como os jovens leem, interpretam e experienciam o mundo, embora “as questões de qualidade das informações não são específicas da internet nem são características novas da era digital” (Palfrey, & Gasser, 2011, p. 177).

Enquanto instrumentos estratégicos de desinformação e intencional de mobilização coletiva, as *fake news* atuam na guerra contra os fatos e desvirtuamento da verdade, constituindo-se da produção e disseminação de informações falsas (ideias, discursos e práticas) que podem influenciar na transformação social dos jovens e causar mudanças nas suas relações de aproximação, engajamento, participação e visibilidade do universo sociopolítico enquanto sujeitos sociais. Isso significa afirmar que as *fake news* têm a capacidade de criar ou “inventar” novos espaços e vivências sociais gerando um clima de

dúvidas, incertezas, desconfianças e inseguranças, o que corrobora para a polarização política entre os fatos e *fakes*.

Desse modo, ao trazer em pauta as interlocuções entre juventudes, formação política e *fake news*, o presente texto de abordagem qualitativa exploratória e fundamentado por revisão de literatura (Diehl & Tatim, 2004; Creswell, 2010; Minayo et al., 2013), tem como objetivo discutir, por meio de revisão sistemática, sobre as possíveis implicações das *fake news* na formação política juvenil na contemporaneidade. Além disso, tomando como base o levantamento bibliográfico realizado em periódicos e plataformas online, torna-se evidente a necessidade de produções científicas e acadêmicas sobre juventudes, formação política e *fake news*, tendo em vista a existência de pouca literatura acerca dessa abordagem de estudo, especialmente no que tange à cultura da desinformação.

2. Metodologia

A abordagem metodológica desse trabalho é de natureza qualitativa exploratória, fundamentada por revisão de literatura. Seu caráter exploratório se dá pelo fato que o trabalho busca explorar, através de revisão sistemática da literatura, estudos acerca de determinadas situações dentro do contexto das relações e dinâmicas sociais da vida humana, que são ainda poucas conhecidas ou não foram suficientemente estudadas/exploradas.

A pesquisa qualitativa, enquanto um campo que abrange um leque de possibilidades de metodologias de pesquisa, viabiliza novos olhares e outras abordagens acerca dos estudos.

relacionados a processos sociais, bem como a construção de conhecimento e a revisão de conceitos à luz do objeto estudado. Visto pela perspectiva social, o campo da pesquisa qualitativa dialoga com múltiplos processos de investigações científicas que “tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica” (Minayo, 2010, p. 34).

Nesse sentido, de natureza dialética e multidimensional, a pesquisa qualitativa que tece a escrita desse trabalho busca manter intrínseca relação com a realidade social, levando em consideração o universo histórico, contextual, o campo de significados, crenças, valores e subjetividades dos sujeitos sociais. Logo, a natureza desse trabalho está centrada no fato que os significados se constituem seu principal ponto de preocupação, a fim de oferecer respostas às indagações e problemas existentes no dia a dia (Minayo et al., 2013; Minayo & Costa, 2018).

Nessa linha de raciocínio e comungando com Diehl & Tatim (2004) e Creswell (2010), a abordagem qualitativa que subsidia esse trabalho o concebe como uma atividade investigativa de interpretação articulada aos olhares, observações, escutas e compreensões dentro de uma conjuntura de construção do conhecimento científico perpassada por questões de ordem social, histórica, política e cultural, que – em seu conjunto – sustentam as bases necessárias para a compreensão do fenômeno estudado, de acordo com o problema e os objetivos que delineiam sua produção.

Assim, considerando sua natureza qualitativa exploratória, o percurso de construção desse trabalho é caracterizado pela revisão bibliográfica em arquivos físicos, como livros e artigos impressos, e eletrônicos por meio de consulta a plataformas de pesquisas online, periódicos, dissertações e teses, a fim de mapear e explorar como a temática investigada tem sido abordada nos últimos 10 anos e melhor definir o caminho a ser seguido quanto ao aprofundamento nos estudos e investigação sobre a temática.

Nesse processo, a revisão sistemática da literatura se constituiu uma ação fundamental, pois – além de fornecer subsídios sobre a produção científica existente – permitiu novas descobertas, ampliar os horizontes da pesquisa, aproximar-se teoricamente do campo da pesquisa, conhecer as lacunas sobre o objeto de estudo e dar maior visibilidade aos aspectos e fenômenos, até então, pouco explorados e estudados.

Dessa maneira, na perspectiva exploratória de pesquisas científico-acadêmicas e levantamento bibliográfico de produções que interceptam os estudos sobre juventude, formação política, participação política e *fake news*, foram consultadas as seguintes bases científicas e fontes de pesquisa: *Scielo (Scientific Electronic Library Online)*; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Google Acadêmico, a partir dos descritores participação política e juventude; formação política e juventude; *fake news* ou desinformação e juventude; participação política e *fake news* ou desinformação; formação política e *fake news* ou desinformação; formação política e juventude e *fake news* ou desinformação.

Visando refinar a pesquisa, foi utilizado o filtro temporal das produções publicadas entre 2009 e 2019, o filtro linguístico considerando os idiomas português e inglês, bem como a seleção das produções se deu a partir dos títulos e/ou resumos, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo, levando em consideração o uso de *strings* de busca composta por dois a quatro termos-base separados pelos operadores booleanos “*and*” e “*or*”.

Quadro 1. Produções relacionadas a juventude, formação política, participação política e *fake news* entre 2009 e 2019.

DESCRITORES ¹	BASES E IDIOMAS DA PESQUISA					
	SCIELO		CAPES		GOOGLE ACADÊMICO	
	PORTUGUÊS	INGLÊS	PORTUGUÊS	INGLÊS	PORTUGUÊS	INGLÊS
Participação política <i>and</i> juventude	15	5	27	217	16	258
Formação política <i>and</i> juventude	3	1	8	5	4	8
<i>Fake news or</i> desinformação <i>and</i> juventude	0	0	0	0	0	3
Participação política <i>and fake news or</i> desinformação	0	0	0	1	0	1
Formação política <i>and fake news or</i> desinformação	0	0	0	0	0	0
Formação política <i>and</i> juventude <i>and fake news or</i> desinformação	0	0	0	0	0	0

Fonte: Autores (2020).

O quadro acima chama atenção que, apesar de juventude ser um tema que, segundo Abramo (2014), vem adquirindo relevância no campo das pesquisas acadêmicas brasileiras desenvolvidas nos últimos anos, o levantamento bibliográfico em tela expõe a pouca ou baixa pouca produção literária nas bases pesquisadas, considerando – sobretudo – a articulação da temática juventude com abordagens relacionadas a formação política e *fake news*.

Dentre essas produções, merecem destaque: “*De jovem a estudante: apontamentos críticos*”, de Mortada (2009); “*Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas*”, de Mayorga (2013); “*Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo?*”, de Dayrell, Gomes e Leão (2013); “*Psychosocial studies of migration and community: introduction to the special issue*”, de Perkins, Palmer e García-Ramírez (2011); “*Concepções de juventude e política: produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011)*”, de Maheirie *et al* (2013); “*Young Immigrants Association and the Future Latino Leadership in the U.S.: Dreamers Social Capital and Political Engagement*”, de Cruz (2016); “*Portuguese nursing: history of the life and activism of Maria Augusta*

¹ Descritores em inglês: Political participation and youth; political formation and youth; fake news or misinformation and youth; political participation and fake news or misinformation; political formation and fake news or misinformation; political formation and youth and fake news or misinformation.

Sousa”, de Almeida *et al* (2016); “*Participação social, juventudes, e redes sociais virtuais: rotas transitadas, rotas possíveis*”, de Fundora (2018).

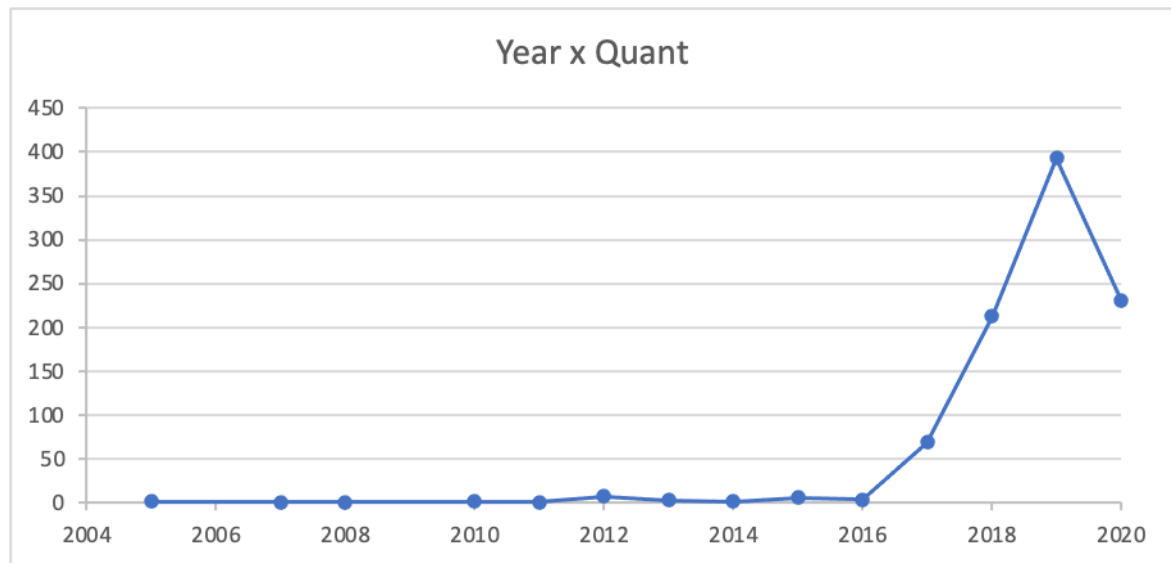
Além dos citados acima, destacam-se também: “*Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras*”, de Luvizotto (2016); “*Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais*”, de Mesquita *et al* (2016); “*Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil*”, de Baquero, Baquero e Morais (2016); “*Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos conectados desamparados*”, de Tsandzana (2018); “*Youth Activism in Chile: from urban educational inequalities to experiences of living together and solidarity*”, de Santibañez (2018); “*A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas*”, de Tomizaki e Daniliauskas (2018), dentre outros.

Nesse sentido, a fim de aprofundar a pesquisa e a partir da leitura mais sistemática da literatura, o banco de dados de resumos e citações de artigos para jornais/revistas acadêmicos *Scopus* foi incorporado ao estudo, através do qual foi realizado, em julho de 2020, o levantamento de produções científico-acadêmicas sobre juventude, formação política e *fake news*, a partir dos descritores “*fake news*”, “*political*”, “*youth*” e “*political training*”, cujos resultados apontaram a existência de baixa produção, especialmente no tocante aos termos “*political*” e “*youth*”, consideração as publicações no período de janeiro de 2005 a junho de 2020.

Quando pesquisado o descritor “*political*” foram encontrados 260 trabalhos. Ao pesquisar o descritor “*youth*”, retornaram 11 trabalhos. Zero trabalho foi encontrado ao utilizar o descritor “*political training*”, bem como retornou zero trabalho, também, ao associar os termos “*fake news*”, “*youth*” e “*political training*”. De modo a garantir maior cobertura no levantamento, sinônimos associados ao termo “*fake news*” também foram empregados, sendo encontrados 935 trabalhos científicos sobre *fake news*.

O levantamento, conforme a Figura 1, aponta o aumento de produções relacionadas a *fake news* a partir de 2016, período no qual – inclusive – houve intensificação das discussões sobre *fake news* em virtude da relação entre a propagação de *fake news* e as eleições presidenciais nos Estados Unidos, que culminou com a chegada de Trump ao poder.

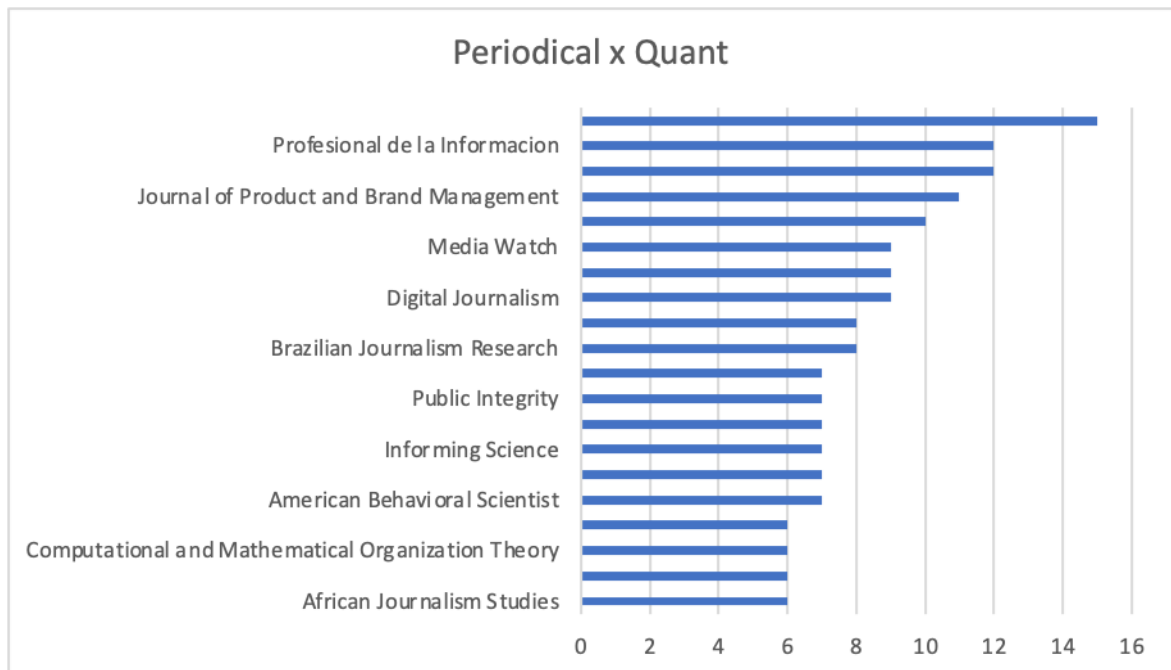
Figura 1. Publicações de trabalhos sobre *fake news* no período de janeiro de 2005 a junho de 2020, segundo o banco de dados *Scopus*.



Fonte: banco de dados de artigos para jornais/revistas acadêmicos *Scopus* (2020).

Face ao aumento das discussões sobre *fake news* como mostra a figura acima, no que diz respeito aos periódicos que apresentam maior número de publicações abordando a temática *fake news*, conforme apresenta a figura 2, destacam-se: Proceedings of the Association for Information Science and Technology (15 trabalhos); Profesional de la Informacion (12 trabalhos); New Media and Society (12 trabalhos) e Journal of Product and Brand Management (11 trabalhos); International Journal of Innovative Technology and Exploring Engineering (10 trabalhos); Media Watch (9 trabalhos); Journalism Studies (9 trabalhos); Digital Journalism (9 trabalhos); Journalism Practice (8 trabalhos); Brazilian Journalism Research (8 trabalhos); Social Media and Society (7 trabalhos); Public Integrity (7 trabalhos); Journalism (7 trabalhos); Informing Science (7 trabalhos); Cultura y Educacion (7 trabalhos); American Behavioral Scientist (7 trabalhos); Computers in Human Behavior (6 trabalhos); Computational and Mathematical Organization Theory (6 trabalhos); Communication and Society (6 trabalhos) e African Journalism Studies (6 trabalhos).

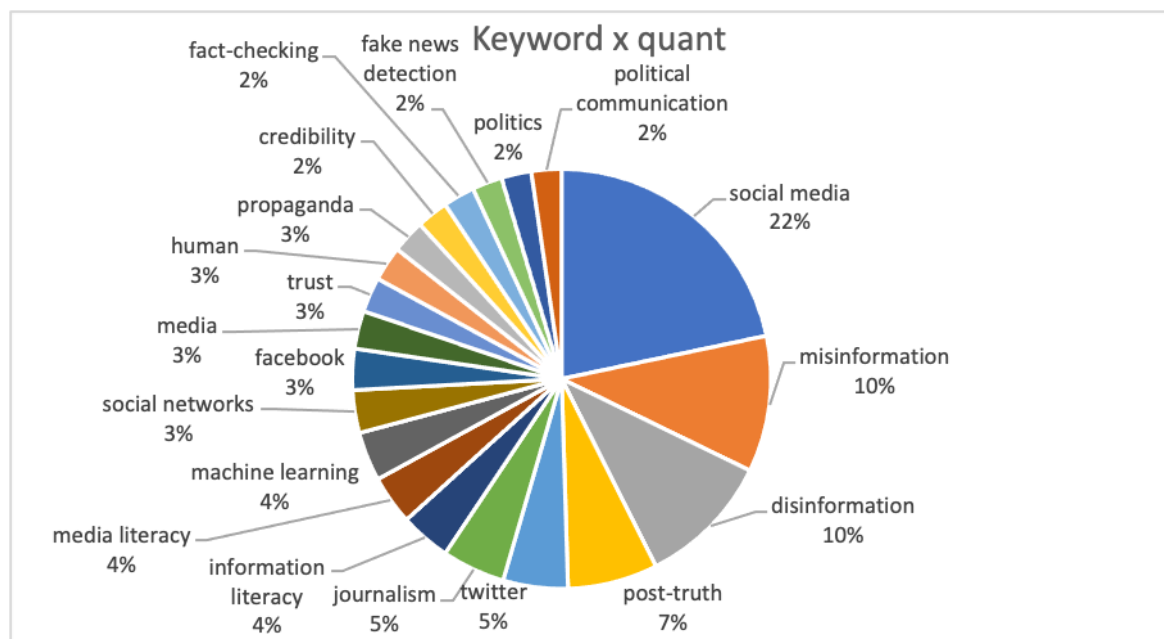
Figura 2. Quantidade de publicações por periódico relacionadas a *fake news*, segundo o banco de dados *Scopus*.



Fonte: banco de dados de artigos para jornais/revistas acadêmicos *Scopus* (2020).

Visando aprofundar o olhar sobre os trabalhos publicados nos periódicos, foi realizado um levantamento das palavras ou expressões mais recorrentes que aparecem nos trabalhos sobre *fake news*. Dentre elas, destacaram-se: social media (178 vezes); misinformation (86 vezes); disinformation (85 vezes) e post-truth (57 vezes), conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3. Palavras ou expressões recorrentes nos trabalhos publicados relacionadas a *fake news*, segundo o banco de dados *Scopus*.



Fonte: Banco de dados de artigos para jornais/revistas acadêmicos *Scopus* (2020).

Nessa perspectiva, considerando a inexistência ampla de publicações sobre o campo juventude, formação política e *fake news*, o desafio ao qual este texto se propõe é refletir em que medida estudos e debates sobre esta abordagem podem contribuir e avançar nas discussões e pesquisas que articulam a temática juventude, formação política e o fenômeno na desinformação causado pelas *fake news* na contemporaneidade.

Portanto, a partir do levantamento realizado nas bases de pesquisa citadas acima, os autores – com quais dialogamos neste texto – contribuem para pensar os novos arranjos de formação política do jovens na contemporaneidade frente aos novos desafios trazidos pelo processo de produção e disseminação de informações, principalmente no que diz respeito à cultura de desinformação construída na contemporaneidade a partir das *fake news*, assim como o referido trabalho se apresenta como um pontapé à construção e ampliação dos olhares acerca dos estudos, debates e pesquisas pertinentes à relação entre juventude, formação política, desinformação e *fake news*.

3. Resultados e Discussão

Com base nos resultados (retornos) provenientes do levantamento bibliográfico, por se constituir num trabalho de natureza qualitativa, sem prejuízo dos dados quantitativos e subsidiado por revisão de literatura, é preciso ratificar que as produções encontradas e

consultadas, através da revisão sistemática, se constituem num acervo bibliográfico significativo para ampliação, exploração e sistematização do estudo que orienta esse trabalho. Pois, eles tendo oferecem subsídios teóricos à luz das reflexões que concebem juventude como uma categoria histórico-social, singular e plural perpassada por questões de ordem política, social, econômica, geracional, ideológica e cultural que estão além da concepção etária de juventude.

Portanto, os referenciais teóricos com os quais este estudo dialoga nesta seção intitulada “resultados e discussões” partem dos resultados oriundos da revisão de literatura e, inicialmente, se configuram-se como pontos de partida para a tessitura do trabalho. Em seu conjunto, possibilitam maior visibilidade da relação entre juventude, formação política e *fake news*, bem ao leque de representações que constroem os repertórios de vidas juvenis no tocante à incidência das *fake news* e suas implicações no processo de formação política juvenil, visto que as TDIC atuam, incisiva e estrategicamente, como meios potenciais de novos arranjos de participação política, socialização e sociabilidade dos jovens.

Falar em formação política juvenil implica considerar sua intrínseca relação com as questões que tecem a conjuntura da participação da juventude no cenário político, cuja construção do conhecimento sobre o tema vai da participação importante do jovem como idealizador (especialmente a juventude ativista) à visão construída sobre os mesmos como baderneiros, desordeiros, inconstantes, despreparados e desocupados (Pais, 2006; Dayrell, 2007; Almeida, 2008; Albuquerque, 2011; Dayrell, Moreira, & Stengel, 2011).

O processo de formação política juvenil brasileira não ocorre distante do seu contexto histórico e cultural, visto que, conforme Castro e Abramovay (2009):

É diagnosticado em diversas pesquisas sobre juventude no Brasil, que o interesse e a participação dos jovens na vida pública não se esvaziou [...] ainda que os contextos sociais e econômicos estejam cada vez mais cedo encerrando jovens para o precário mercado de trabalho, tomando o tempo livre para agrupamentos; ainda que a mídia comercial tenda a manipular as muitas formas de resistência num disfarçado teatro de felicidade obtida simplesmente pelo consumo de apetrechos, os jovens vêm se mostrando bastante adaptáveis e adaptadores dessas condições. Ou seja, novas são as motivações objetivas que inibem o processo de participação juvenil, porém, muitas são as adaptações e mutações, engendradas pelos jovens, que favorecem os processos de participação (Castro & Abramovay, 2009, p. 39).

A fala das autoras serve como ponto de partida para pensar que desde à sua participação política à sua formação como sujeito político, os jovens precisam passar pelo processo de superação e rejeição do estigma de sujeitos politicamente desarticulados, alienados, desinformados, ingênuos, apaixonados, inconstantes e incapazes.

Por isso, a necessidade e importância de pensar o termo juventude em sua pluralidade (juventudes) como construção espaço-temporal oriunda das teorias sobre juventudes nascidas em diferentes sociedades, o que reforça a natureza plural, histórica e sociotemporal da relação entre juventude e política, assim como a ascensão de novos rearranjos no campo dos movimentos sociais e a participação dos jovens na era global-digital (Bourdieu, 2003; Gohn, 2012, 2014; Fialho, Sousa, & Monteiro, 2020).

Desse modo, as implicações das *fakes news* no campo da formação política juvenil devem ser vistas pelo prisma que o acesso e as maneiras com que os jovens lidam e relacionam-se com as informações e as mídias digitais na contemporaneidade variam de uma juventude para outra, tendo em vista que ser jovem das classes A e B é diferente de ser jovem das classes D e E.

O mosaico de possibilidades de acesso a informações e construção das visões políticas dos jovens da cidade (zona urbana) se dá em contextos diferentes, que expressam a multiplicidade de modos com que os jovens constroem e internalizam seus repertórios de formação política, modelam seus níveis de comunicação e condições de participação política (Castells, 2003, 2017). Isso, por sua vez, solicita uma reconstrução das sociedades e instituições democráticas na contemporaneidade diante dos desafios trazidos *pela e para a* sociedade em rede digital, a exemplo das *fake news* que afetam a ordem cultural, política e social desta e das próximas gerações.

Tomando como base a perspectiva histórica de estudos sobre gerações, como aqueles desenvolvidos por Dayrell (2013) e Foracchi (2018), o termo “juventudes” assume caráter social, epistemológico, cultural, ideológico e político de grande relevância nos debates contemporâneos tanto no que diz respeito ao campo teórico quanto às implicações de ordem pública que permeiam a condição juvenil e o próprio conceito de geração dentro das teorias sobre juventudes na contemporaneidade.

Para Feixa e Leccardi (2010), o conceito de geração é caracterizado por três momentos históricos articulados aos seus respectivos cenários sociopolíticos, a saber:

Durante os anos 1920, no período entre guerras, as bases filosóficas são formuladas em torno da noção de “revezamento geracional” (sucessão e coexistência de gerações), existindo um consenso geral sobre este aspecto [...] Durante os anos 1960, na época do protesto, uma teoria em torno da noção de “problema geracional” (e conflito geracional) é fundamentada sobre a teoria do conflito [...] A partir de meados dos anos 1990, com a emergência da sociedade em rede, surge uma nova teoria em torno da noção de “sobreposição geracional”. Isto corresponde à situação em que os jovens são mais habilidosos do que as gerações anteriores em um centro de inovação para a sociedade: a tecnologia digital (Feixa & Leccardi, 2010, p. 185-186).

O debruçar sobre os escritos dos autores no tocante ao conceito de geração dentro das teorias sobre juventudes permite perceber que a reflexão sobre a formação política das juventudes na contemporaneidade perpassa por concebê-la como processo de livre escolha implicado com a capacidade de decidir dos jovens, a partir dos seus processos de socialização política, sociabilidades e os meios de interação existentes – como os tecnológicos – enquanto instrumentos propulsores à problematização da realidade e promoção de transformações sociais, políticas, culturais, econômicas e ideológicas.

Por outro lado, pesquisa realizada por Ravelo-Medina e Radovic-Sendra (2018) sobre representações políticas e os sentidos que os jovens atribuem à sua formação político-cidadã chama a atenção para o distanciamento entre os jovens e a política institucional, o que reverbera no espaço e tempo sociais em diferentes maneiras de participação política juvenil, conforme os processos de formação política que os jovens acessaram que poderão torná-los mais ou menos participativos, mais ou menos críticos e conscientes do seu papel enquanto sujeitos sociais, políticos, históricos e culturais.

Nesse sentido, coloca-se em questão que a formação política juvenil possui um caráter espaço-temporal, pois falar desta formação na contemporaneidade perpassa pelo entendimento que o jovem do século XXI é diferente do jovem dos séculos XIX e XX. Cada qual à sua época viveram e vivem contextos sociais e conflitos políticos forjados em campos diferentes.

Os instrumentos e mecanismos de politização desta geração não são os mesmos das gerações anteriores, os processos de produção, veiculação e difusão das informações não se dão nos mesmos tempos e espaços, o que solicita dos jovens outros posicionamentos e relações quanto aos desafios e anseios sociais contemporâneos, principalmente com o desenvolvimento das TIC e os rituais de iniciação que apresentam e introduzem os jovens na vida política, constituindo inclusive como demarcadores de conflitos geracionais (Foracchi, 2018; Mauna-Rivera, Jiménez-López, & Galak, 2020).

É possível afirmar a estreita relação entre o desenvolvimento científico-tecnológico das sociedades contemporâneas e a formação política juvenil à medida que a construção das subjetividades e identidades políticas dos jovens do século XXI não se dão na mesma plataforma social, política, ideológica e cultural dos jovens dos séculos XIX e XX (Castells, 2018).

Há, ainda, a existência de um novo elemento que, fortemente, caracteriza mudanças na construção da formação política das juventudes na contemporaneidade: o uso das mídias digitais e redes sociais como fontes coletivas de informação, interação, compartilhamento de

ideias, manifestação pública e exposição da vida pública e privada (Gohn, 2014; Campos, Pereira, & Simões, 2016).

O momento histórico-social que as sociedades têm experienciado, principalmente a brasileira, se configura por novas estruturas de formação política e estratégias de participação. Em seus contextos políticos, sociais e culturais, do acesso à internet à difusão de informações, o que há de comum entre as diferentes juventudes na contemporaneidade é o fato que as *fake news* assumem a condição de instrumentos estratégicos de desmobilização e desinformação por meio das mídias digitais e redes sociais com implicações diretas no processo de participação política juvenil.

Além disso, as *fake news* incidem sobre a possibilidade de enfraquecimento e morte dos movimentos sociais juvenis enquanto redes democráticas de indignação, reivindicação e esperança na era da internet (Babo, 2017; Lévy, 2017; Santaella, 2017). Desse modo, o contato com as *fake news*, ainda que a mentira no seio da política não seja própria do tempo presente, coloca em cena uma nova ecologia relacional dos jovens com os sistemas democráticos.

Com base nos estudos desenvolvidos por Novaes em 2006 e Santaella (2017), é evidente que os jovens da contemporaneidade possuem um arsenal de instrumentos tecnológicos que possibilitam maior proporção de estratégias políticas, acesso e difusão de informações de maneira muito rápida por meio das TDIC.

Atualmente, as mídias digitais e redes sociais viabilizam tanto a comunicação quanto a gestão das informações, impulsionando a formação política das juventudes frente às novas relações sociais, políticas, culturais, ideológicas e econômicas, se consideradas em relação às juventudes das sociedades antecessoras ao século XXI.

Comparando os subsídios tecnológicos de informação e comunicação existentes há mais de 10 anos em relação aos da contemporaneidade, se por um lado Lévy (2017, p. 29) mencionou que “o *médium digital* do início do século XXI se caracteriza por uma possibilidade de expressão pública, de interconexão sem fronteiras e de acesso à informação sem precedentes na história humana”, transformando de maneira radical as relações na esfera pública com fortes consequências no âmbito político e na formação dos sujeitos.

Por outro lado, Novaes em 2006 já vislumbrava um horizonte no qual o ecossistema das TDIC desempenharia um papel fundamental como instrumento potencial à formação política de novos sujeitos conforme o próprio dinamismo das sociedades, especialmente entre os jovens:

a condição juvenil – como etapa da vida que se situa entre a proteção socialmente exigida para a infância e a emancipação esperada na vida adulta – tem suas especificidades. Isso porque a experiência geracional é inédita, já que a juventude é vivenciada em diferentes contextos históricos, e a história não se repete. Dessa forma, para pensar a condição juvenil contemporânea, devemos que considerar a rapidez e as características das mudanças no mundo de hoje. Por um lado, houve uma ampliação das agências socializadoras da juventude que extrapolam o âmbito da família e da escola, implicam o aumento do espaço de influência dos meios de comunicação e a presença da Internet. A inovação tecnológica tem aproximado jovens de mundos diferentes (Novaes, 2006, p. 119-120).

Mais de uma década após a fala de Novaes (2006) e diante da potencialidade tecnológica como âncora política, Barros (2018) – por meio de sua pesquisa e análise acerca do comportamento político dos eleitores jovens nas eleições municipais de 2016 no Brasil – chama-nos a atenção para o baixo engajamento político juvenil, a falta de motivação e interesse perante as agendas políticas, bem como a apática participação política na vida pública e a insatisfação dos jovens com a política local, o que contribui – a partir do estudo desenvolvido pelo autor – para que os jovens votem em branco ou nulo como forma de protesto.

Logicamente que a formação política dos jovens na contemporaneidade se caracteriza por um cenário totalmente diferente em relação a décadas anteriores e desafiador frente às TDIC, especialmente com a produção das mídias digitais e redes sociais, bem como em virtude da crise do jornalismo que faz com que a imprensa, por vezes, recorra ao partidarismo, sensacionalismo e uma série de práticas visando manter audiência a todo custo, ao mesmo tempo em que luta para recuperar sua credibilidade diante da cultura da desinformação que tem atingido de forma mais intensa as sociedades.

“Desde a década de 1960, tem ocorrido uma queda progressiva da confiança nas instituições e narrativas oficiais” (Kakutani, 2018, p. 54). O conceito de verdade, frente à manipulação da opinião pública e pensamento crítico por meio das *fake news*, vem passando por um momento de abalo perante à coexistência dos fatos e opiniões que circulam e coabitam os mesmos espaços digitais. É inegável que as *fake news* representam riscos à sobrevivência e fortalecimento da democracia em tempos nos quais as mídias digitais e as redes sociais revolucionaram as formas de comunicação, as relações com os conhecimentos, o tratamento dado às informações, o nível de credibilidade à política e os modelos de participação política tanto *offline* quanto *online* (Castells, 2015; Innerarity, 2017; Santos, 2019).

Com isso, não se quer afirmar que as mídias digitais e redes sociais representem o mal do século XXI e o bojo central dos problemas relacionados à produção de informações e comunicação social. No entanto, o que essas mídias e redes trazem como desafio à formação

política das juventudes contemporâneas é a necessidade de um novo tipo de educação: a educação virtual na perspectiva da construção e exercício do senso crítico e da literacia digital perante as chamadas *fake news*.

Essa perspectiva, por sua vez, revela a necessidade de reorganização das sociedades a fim de oferecer às gerações uma alfabetização informacional e midiática consistente que forneçam subsídios aos jovens para lidarem e interpretem o grande volume de produção e difusão de informações. A viralização de notícias e informações falsas implicam na falta ou diminuição da confiança dos usuários nas mídias tanto tradicionais quanto digitais, devido inclusive ao processo limitado de acesso e alfabetização digital em que estão imersos (Mason, Krutka, & Stoddard, 2018; Cherner & Curren, 2019; Kwanda & Lin, 2020).

Não há dúvidas que essa “educação” tem sido cada vez mais essencial nas mais diversas instâncias das sociedades como uma das possíveis estratégias de enfrentamento e desmobilização das *fake news* que causam desinformação, calúnias e desvirtuam – exponencialmente – os fatos e debates públicos em especial no âmbito da política, como aconteceu nas eleições norteamericanas e, em 2018, nas eleições brasileiras (Rosenzweig, 2017; Carlson, 2018; Cruvinel, 2018; Rais, 2018; Cruz, 2019; Di Fátima, 2019).

Sem dúvidas,

a geopolítica na era digital é complexa [...] O mau uso das ferramentas digitais pelo Estado é um risco. Mas ignorar essas ferramentas também pode ser [...] A tecnologia tem um gume que empodera, questiona, debate e exige mudanças. E tem outro, tão cortante quanto, que espetaculariza, manipula e obscurece a realidade (Reis, 2018, p. 26, 33).

Ao mesmo tempo, as *fake news* colocam em xeque a validade e o real sentido da liberdade de expressão nas redes sociais da sociedade contemporânea, tendo em vista que assumiram certa posição de protagonismo no ambiente das mídias digitais e redes sociais. As *fake news* encontram na falsa ideia do anonimato e da “invisibilidade” terreno fértil para o fortalecimento sistemático da cultura da desinformação.

Aliada à difusão massiva de informações falsas e conteúdos imprecisos, a desinformação pode comprometer o futuro desta e das próximas gerações à medida que desnorteiam a formação crítica, reflexiva, autônoma e investigativa dos sujeitos, inclusive gerando polarizações e adesões entre a verdade e a mentira, entre a ciência e o senso comum (Barbosa, 2019; Faustino, 2019; Neves & Borges, 2020).

Por isso, refletir sobre as implicações das *fake news* na formação política das juventudes contemporâneas é partir do pressuposto que as *fake news* é um fato social. Uma de

suas maiores implicações diz respeito à sua constituição enquanto fenômeno que exerce influência no campo de decisões e escolhas das sociedades contemporâneas, onde estão inseridos os jovens como sujeitos sociais, políticos e culturais.

Não há como negar que as notícias e informações falsas, como maiores expressões da cultura da desinformação, se constituem instrumentos de poder utilizados por sujeitos das mais diversas faixas etárias, inclusive jovens. A falta de compromisso com a fonte de informação ou, ainda, com a própria ausência de veracidade da informação se constituem fatores preponderantes à possibilidade de exercício abusivo e enganoso de sua liberdade de expressão e distanciamento com a verdade (Horbach, 2019; Macedo Júnior, 2019).

Logicamente que “o problema e as controvérsias da mentira são bem antigos, mas quando as práticas mais antigas alcançam alta velocidade e produção em massa, novos desafios são criados, e assim, parece ter nascido um dos principais desafios do cotidiano: as *fake news* como um fenômeno de desinformação” (Rais, 2018, p. 09).

A fala de Rais (2018), em diálogo com Horbach (2019), reforça a percepção que as tecnologias e o próprio desenvolvimento das ciências da informação têm sido utilizados, também e erroneamente, para construir dentro das sociedades democráticas a cultura da desinformação alicerçada e propagada pelas *fake news*. Nesse sentido, o termo “*fake news*” demarca um campo específico de distorção dos fatos, negação das verdades, disseminação de notícias falsas e produção de realidades moldadas conforme interesses políticos (Pereira & Gundim, 2018).

A internet, via de regra, “[...] se constitui em uma das maiores quebras de fronteiras em face das possibilidades de democratizar as informações. Com efeito, com o advento da internet, as redes sociais se conformaram em um instrumento de liberdade de expressão como forte impacto social” (Pires & Pires, 2018, p. 91).

Há que se considerar que a produção e disseminação de notícias e informações falsas não é um fenômeno original desta era nem das mídias digitais da contemporaneidade. As notícias falsas (visando mentiras, calúnias, difamações, desestabilização política e mobilização coletiva inversa – não pelos fatos, mas pelas emoções e jogos de interesses) sempre existiram nos mais diversos meios de comunicação e no seio da política:

Os políticos, afinal, mentem desde o início dos tempos [...] A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à convivência. A mentira é considerada regra, e não exceção, mesmo em democracias (D’Ancona, 2018, p. 34).

Pelas palavras do autor, é perceptível que a forte presença de mentiras utilizadas no meio político não é uma prática e estratégia nova na política contemporânea, razão pela qual, para muitos jovens, o assunto política caiu no descrédito e já não há esperanças que as autoridades públicas e políticas tenham compromisso com a verdade, enquanto atributo essencial e requerido ao exercício do cargo, pouco a pouco parece-nos que a verdade vai definhando e as emoções vão tomando o lugar dos fatos (Ravelo-Medina & Radovic-Sendra; 2018).

A principal diferença desta época para as anteriores, é que atualmente a Internet assume o lugar de espaço em rede de maior acesso, difusão e – na maioria das vezes – de grande legitimidade dada às informações, calúnias, difamações e mentiras (Horbach, 2019; Neves & Borges, 2020).

Estudo desenvolvido por pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (Vosoughi, Roy, & Aral, 2018), uma das maiores referências no campo de estudos sobre as *fake news*, constatou que a propagação de notícias falsas por meio de uma rede social possui cerca de 70% de possibilidade de ser mais disseminada em relação a uma notícia verdadeira. De acordo com a pesquisa, a ocorrência desse fenômeno está muito associada à estrutura criativa e inovadora que as notícias falsas trazem sua constituição.

A Internet, principalmente com o advento das mídias digitais e redes sociais, potencializou significativamente as possibilidades de difusão de informações positivas e negativas (D’Ancona, 2018; Sumpter, 2019). No entanto, o novo e diferente que as relações com esses espaços cibernéticos trazem comparados aos meios de comunicação mais antigos, como os jornais, a televisão e o rádio, é o fato que - quando falamos em *fake news* – estamos tratando de difamação e propagação de mentiras para além de um veículo de informação.

Se em épocas passadas, o acesso aos meios de comunicação de maior veiculação se dava pelo poder econômico ou, ainda, pelo grau de influência que os sujeitos tinham, agora possuindo o conhecimento necessário para o uso das ferramentas, os sujeitos têm ao seu dispor uma gama de ciberespaços com multimídias para atribuírem às suas mentiras o teor de verdade.

Entretanto, é aí que mora o grande perigo, pois as *fake news* não se tratam de uma questão de “modinha” da contemporaneidade. Por isso, “a questão não é se as *fake news* existem ou não. Há poucas dúvidas a respeito. A questão é o quanto elas influenciam nossos pontos de vista políticos” (Sumpter, 2019, p. 179), tendo em vista que desinformação e *fake news* se tornaram fortes aliados nas relações sociais e políticas.

É preciso atentar-se para as armadilhas e intencionalidades que elas trazem e que incidem sobre a formação política dos sujeitos visando a mobilização coletiva em massa através do fortalecimento e divulgação de informações falsas como se fossem verdadeiras, onde a desinformação é vista como uma espécie de poluição cibernética em rede (Rais, 2018).

A arena de produção das *fake news* não é neutra, imparcial nem atencional. Ela objetiva atender aos anseios de determinados grupos e atingir públicos em massa; razão pela qual acredita-se na existência de uma “indústria” de *fake news*, que se nutre de dinheiro e poder. As intencionalidades e conteúdos das notícias e informações falsas podem variar de um espaço para outro, de um país para outro, de acordo com as territorialidades onde as *fakes news* “nascem” e “reproduzem-se”, conforme apontou estudo comparativo desenvolvido por Humprecht (2019) acerca da produção e disseminação de notícias falsas em quatro democracias do mundo Ocidental (Alemanha, Áustria, EUA e Reino Unido).

Esse poder, por sua vez, não está ligado apenas aos veículos de comunicação e às tecnologias, mas compreende esses meios como caminhos viáveis ao exercício de poder majoritário sobre a produção de conhecimentos, a difusão de informações, ao domínio de corpos e mentes dos sujeitos.

Epistemologicamente, o conhecimento representa um artifício de poder. Por isso, o tácito conhecimento dos fatos gera emancipação e transformação humana, social, política, econômica, cultural, ideológica e, portanto, contrapõe-se ao fortalecimento da desinformação e elucida as diferenças entre eles (Rais, 2018; Humprecht, 2019).

Daí, é preciso suscitar alguns questionamentos: A quem servem as *fake news*? Quem financia sua “indústria” e quais seus objetivos? Que efeitos sociopolíticos as *fake news* produzem? De que modo as *fake news* podem influenciar na formação política dos jovens? Como as *fake news* atuam como instrumentos de mobilização coletiva no meio político? Que desafios as *fake news* trazem aos militantes, principalmente aos ativistas digitais na contemporaneidade? Quanto elas influenciam nossos pontos de vista políticos?

Esses questionamentos, por sua vez, colocam em evidência que as *fake news* contribuem para a morte das democracias à medida que desoxigenam as relações democráticas e interpessoais que incidem diretamente sobre a formação política das novas gerações. Tal incidência pode comprometer o pleno exercício da cidadania, o desenvolvimento intelectual dos sujeitos e contribuir para a construção de sociedades nas quais os jovens participem cada vez menos da vida pública, posicionem-se criticamente e compreendam política para além da ideia partidária ou não a percebam fora dos extremismos partidários (Levitsky & Ziblatt, 2018).

Por isso, a disseminação de notícias e informações falsas implica num grande risco à sobrevivência da democracia no tempo presente e futuro à medida que os jovens mantêm contato inédito com essa nova configuração social mediada pelas mídias digitais e redes sociais que se transformaram em terrenos férteis para a propagação de notícias e informações falsas.

Através desse contato, os jovens constroem suas representações e referências sociais. As *fake news*, nesse sentido, representam perigo e ataque à formação política desta geração e, conseqüentemente, à democracia, haja vista que corroboram – por exemplo – para intensificar a falta ou redução da confiança na política institucionalizada, nos meios e organizações oficiais de comunicação (Duffy, Tandoc, & Ling, 2019; Kwanda & Lin, 2020).

É no contexto de crise da democracia que, especialmente nos países onde o sistema democrático se encontra em vertigem como o Brasil, as diferentes formas de participação política dos jovens como reflexos dos seus processos de socialização, sociabilidades e formação política assumem a condição de elementos essenciais para a reflexão e percepção acerca das práticas de participação e engajamento político dos jovens frente a dispositivos legais, a exemplo de leis e emendas, que – por vezes – atuam como agentes regulatórios da maior ou menor participação política juvenil (Bessant, 2016).

Nessa perspectiva, Uribe-Zapata (2019), ao refletir sobre as novas práticas cidadãos juvenis emergentes da cultura digital, assinala que as tecnologias digitais desafiam as formas clássicas de participação e interação dos jovens na sociedade contemporânea, ao mesmo tempo que se apresentam como plataformas emergentes de outros modos de formação e organização coletiva juvenil.

Não é novidade que as redes sociais digitais (como Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e Whatsapp) se constituem como um dos ciberespaços de maior circulação de informações na contemporaneidade e que, de um modo ou de outro, acabam se tornando lugares de formação política e de acesso aos mais diferentes conteúdos para os jovens. No entanto, há que se questionar quais as fontes de informação que são acessadas pelos jovens, como eles selecionam essas fontes, que interesses balizam suas escolhas e, principalmente, quais critérios subsidiam seus julgamentos acerca das informações (Acosta-Silva & Muñoz, 2012).

Pesquisa desenvolvida por Neves e Borges (2020) chama atenção que no cenário de desafios oriundos das relações entre *fake news*, mídias digitais e redes sociais,

os mais jovens parecem ser mais suscetíveis à desinformação, seja porque estão mais expostos aos conteúdos digitais – e todas suas benesses e mazelas –, seja porque o

sistema educacional brasileiro, em geral, não contempla a alfabetização midiática e informacional; de sorte que cuidados como privacidade, segurança da informação e reflexão crítica acabam sendo desenvolvidos mais pela experiência da maturidade que por uma formação formal (Neves & Borges, 2020, p. 20).

Importante destacar que superar o caráter nocivo das implicações das *fake news* na contemporaneidade perpassa pela mudança de postura e comportamento dos jovens frente à produção, propagação e acesso a informações. É urgente que o sentimento de indiferença frente às informações recebidas e disseminadas dê lugar ao senso crítico, à pesquisa e investigação quanto à qualidade da fonte primária das informações.

Por outro lado, sabe-se que em sociedades marcadas sérios problemas de desigualdades sociais atreladas ao campo da educação e da inclusão digital como é o caso do Brasil, por exemplo, algumas realidades não permitem ou não oferecem as condições necessárias, inclusive de capital cultural e social (Nogueira & Catani, 2007; Bourdieu & Passeron, 2008), para que os jovens-receptores possam filtrar a natureza das informações e a veracidade dos conteúdos.

Não há como desvincular o rompimento do caráter nocivo das *fake news* aos fatores de ordem social, cultural e econômica, uma vez que – de acordo com dados da pesquisa desenvolvida pela TIC Domicílios (Brasil, 2019) – as diferenças de exclusão e segregação digital em que estão imersos, também, os jovens brasileiros são perceptíveis quando de um lado 96,5% das casas pertencentes às classes A e B possuem sinal de internet e, do outro lado, 59% das casas de classes D e E não possuem condições mínimas de navegação à rede de internet.

Esses números, segundo pesquisa divulgada em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2020), tornam mais evidente ainda o cenário de desigualdades sociais, tecnológicas, culturais e digitais onde estão inseridos os jovens brasileiros quando comparado o fato 41% das pessoas que moram no campo (zona rural) possuem conexão à internet, contrária e desigualmente a 80,1% das pessoas que residem na cidade (zona urbana).

A este respeito e nos casos em que as condições sócio-estruturais e o capital cultural permitem, Cruvinel (2018) chama a atenção para a postura dos sujeitos diante às informações, assim como aos custos inerentes à qualidade da produção e difusão de informações:

O acesso a informações selecionadas e de boa qualidade demanda, portanto, uma postura ativa do receptor para buscá-las nas fontes mais confiáveis, refletir e analisar criticamente todo o conteúdo que lhe é apresentado como novo. Entretanto, tal procedimento demanda ao interessado um custo significativo, que pode ser

desdobrado nas seguintes espécies: (a) custo do acesso à informação; (b) custo do tempo para que a informação seja apreendida e assimilada; e (c) custo cognitivo para compreender em profundidade o significado da informação (Cruvinel, 2018, p. 208).

Para Cruvinel (2018), a ausência de observância a estas espécies de custo no tratamento à informação (acesso, tempo e cognição) pode favorecer à formação de um terreno fértil à difusão de notícias falsas e ao pessimismo quanto à credibilidade das relações políticas. Por isso, a princípio e para além do papel exercido pelo poder judiciário, o desenvolvimento do senso crítico, questionador e reflexivo se constitui o principal passo de combate às *fake news*.

Tarefa essa que é de responsabilidade, inclusive, dos grupos, organizações e movimentos sociais comprometidos com a verdade dos fatos e a formação política das futuras gerações. Afinal, as *fake news* têm o potencial e a intencionalidade de desestabilizar o engajamento militante dos sujeitos e, conseqüentemente, enfraquecer o trabalho (seja do ativismo presencial ou *online*) realizado pelos militantes.

Assim, num clima de insegurança, fragilidade das relações políticas e “baixa confiança nas instituições legislativas” (Barros, 2018, p. 857) associado à falta de credibilidade à grande mídia, criar estratégias e mecanismos que não permitam que as *fake news* se firmem como verdades é um dos maiores desafios postos perante à formação política juvenil, inclusive aos sistemas de educação (Faix, 2018).

4. Considerações Finais

O debate acerca da formação política juvenil representa a expressão dos novos paradigmas sociais na contemporaneidade frente à estrutura de funcionamento e atuação da produção e disseminação das chamadas *fake news* no campo político.

Diante dos novos desafios postos pelo uso das mídias digitais e redes sociais como veículos de difusão da desinformação, as *fake news* têm assumido a condição de agência polarizadora de opiniões no campo político e influenciado na formação política dos sujeitos, principalmente entre os jovens, tanto para quem produz as notícias falsas quanto para quem as acessam e, desse modo, amplificam exponencialmente a expansão, disseminação, diálogo e interlocução com outros atores sociais, que acabam funcionando – estrategicamente – como instrumentos de reforço à cultura da desinformação, onde as emoções e os interesses particulares, inclusive da grande mídia e das instituições sociais que deveriam estar a serviço da sociedade, assumem posição de prestígio e relevância social em detrimento dos fatos.

Desse modo, “as potencialidades da internet e das mídias digitais podem ser encaradas de forma crítica, considerando que a sua utilização não é necessariamente geradora de mais participação” (Campos, Pereira, & Simões, 2016, p. 29). Isso significa dizer que a produção, gestão e difusão de informações e conhecimentos devem estar implicadas com o exercício da capacidade dos sujeitos refletirem, interpretarem, analisarem e pensarem criticamente, de forma que não se baseiem em pensamentos rasos, na espetacularização de informações aligeiradas, na apropriação das *fake news* como verdades sem a devida pesquisa das fontes de informação e busca da veracidade ou ainda não consigam perceber que o mundo virtual também é real à medida que tem a potencialidade de forjar ideias, identidades, pensamentos, posicionamentos políticos e práticas sociais.

Por isso, é importante ressaltar que se, por um lado, as TDIC atuam como instrumentos de formação política e participação sociopolítica juvenil, seja na condição de remetentes e/ou receptores de informações; há necessidade de maiores reflexões e estudos no tocante ao engajamento juvenil de natureza política, especialmente no que diz respeito as formas de participação sociopolítica advindas das TDIC enquanto espaços de socialização política e sociabilidade juvenis.

Agradecimentos

Este trabalho recebeu apoio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, números de concessão 431990 / 2018-2 e 313423 / 2019-9 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, número BOL0882/2019.

Referências

Abramo, H. W. (2014). *Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude*. Brasília: SNJ.

Acosta-Silva, D. A., & Muñoz, G. (2012). Juventud Digital: Revisión de algunas aseveraciones negativas sobre la relación jóvenes-nuevas tecnologías. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 10 (1), 107-130. Recuperado de:

<http://revistaumanizales.cinde.org.co/rfcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/588/317>

Albuquerque, A. A. (2012). *Juventude, educação e participação política*. Jundiaí: Paco Editorial.

Almeida, R. S. (2008). *Participação política, quando o jovem entra em cena*. Recuperado de: <http://www.conteudoseducar.com.br/conteudos/arquivos/3951.pdf>

Babo, I. (2017). Redes e ativismo. In: Felice, M. D., Pereira, E. & Roza, E. *Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação*. Campinas, SP: Papirus, 77-88.

Barbosa, M. (Org.) (2019). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó.

Barros, A. T. (2018). Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016. *Sociedade & Estado*, 33(3), 849-886.

Bessant, J. (2016). Democracy denied, youth participation and criminalizing digital dissent, *Journal of Youth Studies*, 1-17. doi: <https://doi.org/10.1080/13676261.2015.1123235>
Recuperado de: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13676261.2015.1123235>

Bourdieu, P., & Passeron, J. (2008). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* (3rd ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Bourdieu, P. (2003). A juventude é uma palavra. In: Bourdieu, P. *Questões de sociologia*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século.

Brasil (2020). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br>

Brasil (2019). TIC Domicílios. *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros*. Recuperado de: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf

Campos, R., Pereira, I., & Simões, J. A. (2016). Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório. *Sociologia, problemas e práticas*, 82, 27-47.

Castells, M. (2003). *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar.

Castells, M. (2012). A sociedade interativa. In: Castells, M. *A sociedade em rede*. v. 1. Tradução: Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 442-449.

Castells, M. (2015). *O poder da comunicação*. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castells, M. (2018). *O poder da identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt (9a ed.). São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castells, M. (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros (2a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

Castro, M. G., & Abramovay, M. (2009). *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas*. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA.

Cherner, T. S., & Curry, K. (2019). Preparing Pre-Service Teachers to Teach Media Literacy: A Response to “Fake News”*Journal of Media Literacy Education*. *Journal Of Media Literacy Education*, 1(11), 11-31. University of Rhode Island. <http://dx.doi.org/10.23860/jmle>. Recuperado de: <https://doi.org/10.23860/JMLE-2019-11-1-1>

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução: Magda Lopes (3rd ed.). Porto Alegre: Artmed.

Cruvinel, D. M. (2018). *Fake news e o custo da informação*. In: Rais, D. (Org.). *Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 205-220.

Cruz, F. B. (2019). *Fake news* definem uma eleição? In: Barbosa, M. (Org.). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 25-35.

D’Ancona, M. (2018). *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. São Paulo: Faro Editorial.

Dayrell, J., Moreira, M. I. C., & Stengel, M. (Orgs.) (2011). *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas.

Dayrell, J. (2007). A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: *Educ. Soc.*, Campinas, 28(100), 1105-1128. Recuperado de: <http://www.cedes.unicamp.br>

Dayrell, J. (2013). A juventude e suas escolhas: as relações entre projeto de vida e escola. In: Vieira, M. M., Resende, J. M., Nogueira, M. A., Dayrell, J., Martins, A., & Calha, A. *Habitar a escola e as suas margens: geografias plurais em confronto*. Porto Alegre: Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação.

Di Fátima, B. (2019). *Dias de tormenta: os movimentos de indignação que derrubaram ditaduras, minaram democracias no mundo e levaram a extrema-direita ao poder no Brasil*. São Paulo: Geração Editorial.

Diehl, A. A., & Tatim, D. C. (2004). *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Duffy, A., Tandoc, E., & Ling, R. (2019). Too good to be true, too good not to share: the social utility of fake news. In: *Journal Information, Communication & Societ*. Doi: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1623904> Recuperado de: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369118X.2019.1623904>

Faix, A. (2018). Teaching Online Research in the “Fake News” Era. *Ascue Proceedings*, Carolina, 10(15), 43-51. Recuperado de: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED592866.pdf>

Faustino, A. (2019). *A liberdade de expressão nas redes sociais na sociedade da informação*. São Paulo: Lura Editorial.

Feixa, C., & Leccardi, C. (2010). O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Sociedade & Estado*, 25(2), 185-204.

Fialho, L. M. F, Sousa, F. G. A. de, & Monteiro, P. J. R. (2020). Juventude, políticas públicas e empoderamento. *Research, Society and Development*, 9(6), e189963766. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i6.3766>

Foracchi, M. M. (2018). *A juventude na sociedade moderna* (2a ed.). São Paulo: Edusp.

Gohn, M. G. (2012). *Movimentos sociais e educação* (8a ed.). São Paulo: Cortez.

Gohn, M. G. (2014). *Sociologia dos movimentos sociais* (2a ed.). São Paulo: Cortez.

Horbach, L. O. (2019). *Fake news: liberdade de expressão, internet e democracia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Humprecht, E. (2019). Where ‘fake news’ flourishes: a comparison across four Western democracies. In: *Journal Information, Communication & Societ*, 22. Doi: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1474241> Recuperado de: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369118X.2018.1474241>

Innerarity, D. (2017). *A política em tempos de indignação: a frustração popular e os riscos para a democracia*. Tradução: João Pedro George. Rio de Janeiro: Leya.

Kakutani, M. (2018). *A morte da verdade*. Tradução: André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio Janeiro: Intrínseca.

Kwanda, F. A., & Lin, T. T. C. (2020). Fake news practices in Indonesian newsrooms during and after the Palu earthquake: a hierarchy-of-influences approach. In: *Journal Information, Communication & Societ*, 23. Doi: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2020.1759669> Recuperado de: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369118X.2020.1759669>

Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Lévy, P. (2017). A esfera pública do século XXI. In: Felice, M., Pereira, E., & Roza, E. *Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação*. Campinas, SP: Papirus, 29-38.

Macedo Júnior, R. P. (2019). Liberdade de expressão ou dever de falar a verdade? In: Barbosa, M. (Org.). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 79-85.

Mason, L. E., Krutka, D. G., & Stoddard, J. (2018). Media Literacy, Democracy, and the Challenge of Fake News. *Journal Of Media Literacy Education*, 2(10), 1-10. Recuperado de: <https://digitalcommons.uri.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1389&context=jmle>

Mauna-Rivera, W. A., Jiménez-López, G. H., & Galak, E. L. (2020). Cuerpo y política en jóvenes del movimiento estudiantil universitario (Universidad del Cauca, Colombia). *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 18(1), 1-20. doi: <http://dx.doi.org/10.11600/1692715x.18102> Recuperado de: <http://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/3896/1031>

Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., Cruz Neto, O., & Gomes, R. (2013). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Minayo, M. C. S., & Costa, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. In: *Revista Lusófona de Educação*, 40(40), 139- 153, 2018. Recuperado de: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>

Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (13a ed.). São Paulo: Hucitec.

Neves, B. C., & Borges, J. (2020). Por que as *fake news* têm espaço nas mídias sociais? Uma discussão a luz do comportamento infocomunicacional e do marketing digital. In: *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, 30(2), 1-22. doi: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n2.50410> Recuperado de: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/50410>

Nogueira, M. A., & Catani, A. (Org.) (2007). *Escritos de educação* (9a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Novaes, R. (2006). Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: Almeida, M. I. M., & Eugenio, F. *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 105-120.

Pais, J. M. (2006). Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: Almeida, M. I. M. & Eugenio, F. (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 7-21.

Palfrey, J., & Gasser, U. (2011). *Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais*. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed.

Pereira, F. L. B., & Gundim, W. W. D. (2018). *Fake news* como instrumento de estratégia militar. In: Rais, D. (Org.). *Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 131-151.

Pires, A. C. M., & Pires, L. R. G. M. (2018). Desinformação: atuação do Estado, da sociedade civil organizada e dos usuários da internet. In: Rais, D. *Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 89-104.

Queiroz, E. F. C. (2017). Ciberativismo: a nova ferramenta dos movimentos sociais. *Panorama*, Goiânia, 7(1), 2-5.

Rais, D. (2018). Apresentação. In: Rais, D. *Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 9-10.

Rais, D. (2018). *Fake news* e eleições. In: Rais, D. *Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 105-129.

Ravelo-Medina, M., & Radovic-Sendra, Y. (2018). Representaciones de lo político en estudiantes secundarios en Santiago de Chile: resignificando el sentido de la formación ciudadana. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 16 (1), 389-402. doi:10.11600/1692715x.16124 Recuperado de: <http://revistaumanizales.cinde.org.co/r/lcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/2823/921>

Reis, A. (2018). *Sociedade.com: como as tecnologias digitais afetam quem somos e como vivemos*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.

Rosenzweig, A. (2017). Understanding and Undermining Fake News From the Classroom. *Berkeley Review Of Education*, Berkeley, 1(7), 105-112. Recuperado de: <https://escholarship.org/uc/item/7rk9w7tm>

Santaella, L. (2017). Política nas redes e nas ruas. In: Felice, M., Pereira, E., & Roza, E. *Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação*. Campinas, SP: Papirus, 89-101.

Santos, K. N. (2019). *Em busca da credibilidade perdida? A rede de investigação jornalística na era das fake news*. Belo Horizonte: Letramento.

Setton, M. G. J. (2011). Sociabilidade juvenil, mídias e outras formas de controle social. In: Dayrell, J., Moreira, M. I. C., & Stengel, M. *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 67-80.

Sumpter, D. (2019). *Dominados pelos números: do Facebook e Google às fake news – os algoritmos que controlam nossa vida*. Tradução: Anna Maria Sotero, Marcello Neto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Uribe-Zapata, A. (2019). Cultura digital, juventud y prácticas ciudadanas emergentes en Medellín, Colombia. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 17 (2), 1-19. doi: <http://dx.doi.org/10.11600/1692715x.17218> Recuperado de: <http://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/3942/1024>

Vosoughi, S., Roy, D., & Aral, S. (2018). News On-line. *Science* (80-). 1151(March): 1146-51.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Hélio Souza de Cristo – 25%

Antonio Carlos dos Santos Souza – 25%

José Wellington Marinho de Aragão – 25%

Hugo Saba – 25%